

TRANSIÇÕES URBANAS E DA FECUNDIDADE E MUDANÇAS DOS ARRANJOS FAMILIARES NO BRASIL

José Eustáquio Diniz Alves*
Suzana Cavenaghi**

RESUMO

O Brasil tem passado por grandes transformações econômicas, sociais e culturais. O país já está em fase final das transições urbana e demográfica e, mesmo havendo diferenças regionais, existe um processo de convergência nos indicadores demográficos e de urbanização entre as regiões. O objetivo deste trabalho é traçar um panorama atualizado dessas transformações utilizando os dados do Censo Demográfico de 2010 os quais mostram que o Brasil, em termos de estrutura etária e composição por sexo, está cada vez mais envelhecido e feminino. Embora o número de pessoas por domicílio tenha diminuído em todo o território nacional, os arranjos familiares estão ficando, progressivamente, mais plurais, complexos e diversos. A configuração demográfica do Brasil, no século XXI, será muito diferente do passado, assim como serão diferentes os desafios a serem enfrentados pela sociedade.

PALVRAS-CHAVES: Transição urbana. Transição da fecundidade. Arranjos familiares.

ABSTRACT

Brazil has undergone major economic, social and cultural transformations. The country is already in the final stage of the demographic and urban transitions, and even though there are regional differences, there is a tendency to convergence in demographic and urbanization indicators. The objective of this paper is to provide a current scenario of these transformations utilizing data from the 2010 demographic census. The data shows that Brazil, in terms age structure and sex composition, is increasingly older and has more women. Although the number of persons per household has decreased nationally and in all regions, family arrangements are becoming progressively more plural, complex and diverse. The demographic configuration of Brazil in the twenty-first century will be very different from the past, as well as will be the challenges to be faced by society.

KEYWORDS: Urban Transition. Fertility transition. Living arrangements.

* Doutor em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG com Pós-doutorado pelo NEPO/UNICAMP. Pesquisador da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do IBGE

** Doutora em Sociologia/Demografia pela University of Texas, Austin. Pesquisadora da Escola Nacional de Ciências Estatística (Ence) DO IBGE.

TRANSIÇÕES URBANAS E DA FECUNDIDADE E MUDANÇAS DOS ARRANJOS FAMILIARES NO BRASIL

José Eustáquio Diniz Alves*
Suzana Cavenaghi**

INTRODUÇÃO

O Brasil passou por grandes transformações econômicas e sociais no século XX, deixando de ser uma sociedade predominantemente rural e agrária para se tornar uma sociedade urbana com predominância econômica da indústria e do setor de serviços. Houve, nas últimas décadas, mobilidade ocupacional, espacial e social, assim como a construção de uma sociedade de consumo de massa. As relações entre as classes mudaram e o país se tornou uma democracia política e cultural (mesmo com as diversas limitações).

A transição demográfica reduziu as taxas de mortalidade infantil, aumentou a esperança de vida e reduziu as taxas de fecundidade. Isso provocou uma mudança da estrutura etária e o Brasil está deixando de ser um país com alta predominância de jovens para se tornar um país com elevada proporção de idosos. Houve também uma mudança das relações de gênero com maior empoderamento das mulheres e um lento, mas contínuo, processo de despatriarcalização da sociedade. Estas transformações tiveram um grande impacto sobre a forma de estruturação das famílias e sobre a dinâmica dos arranjos domiciliares. Existe, portanto, uma sinergia entre as transformações econômicas, sociais, culturais e demográficas.

1 TRANSIÇÃO URBANA, TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE E MUDANÇA DA ESTRUTURA ETÁRIA

O Brasil passou por um rápido processo de modernização, industrialização e urbanização na segunda metade do século XX. O Gráfico 1 mostra que a população urbana cresceu 8,5 vezes enquanto a população rural diminuiu 10% entre 1950 e 2010. Dos 52 milhões de habitantes, em 1950, 36% estavam no meio urbano e 64% no meio rural. O censo de 1970 mostrou que, pela primeira vez, a maioria da população estava concentrada nas cidades (56% contra 44%). A partir dessa data, a população rural começou a cair em termos absolutos. Em 2010, dos quase 191 milhões de habitantes, 84% estavam no meio urbano e somente 16% no meio rural. Atualmente, os municípios que apresentam as maiores taxas de crescimento demográfico são as cidades de tamanho médio, entre 100 mil e 1 milhão de habitantes. Evidentemente, essa mudança provocada pela transição urbana tem impactos na sociedade, na cultura e na forma de relacionamento das pessoas e das famílias, pois a sociabilidade urbana é bastante diferente da sociabilidade rural (MARTINE, ALVES, CAVENAGHI, 2012).

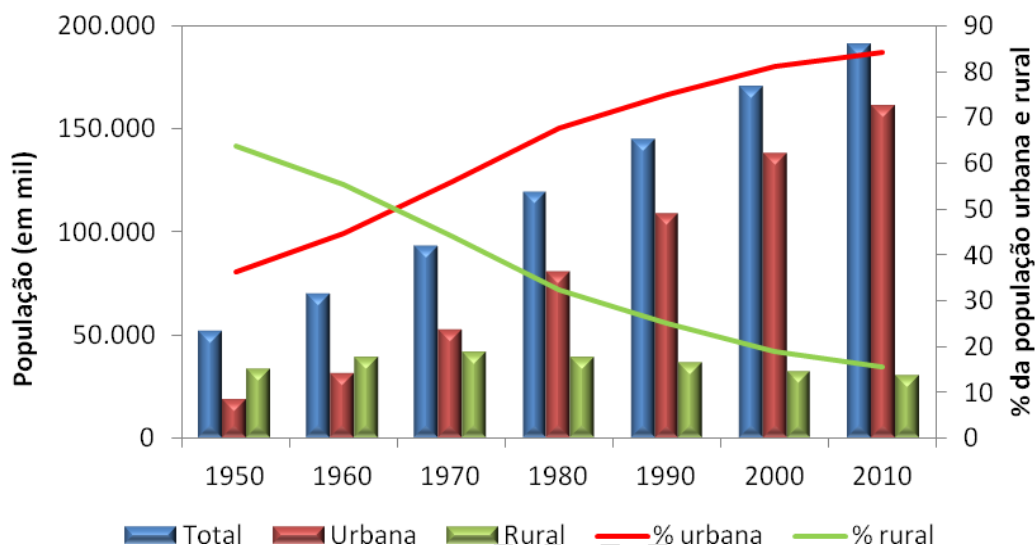
O aumento contínuo da esperança de vida ao nascer foi uma grande conquista da modernidade e acontece *pari passu* ao crescimento das cidades. Aumentando o número

* Doutor em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG com Pós-doutorado pelo NEPO/UNICAMP. Pesquisador da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do IBGE

** Doutora em Sociologia/Demografia pela University of Texas, Austin. Pesquisadora da Escola Nacional de Ciências Estatística (Ence) DO IBGE.

de filhos sobreviventes, as famílias passaram a limitar o número de filhos nascidos vivos. Além do aumento da longevidade, as novas condições econômicas e sociais fizeram com que o custo dos filhos aumentasse ao mesmo tempo em que diminuía os benefícios para seus progenitores. Em geral, com a modernização, há uma mudança na preferência entre quantidade e qualidade dos filhos. A transição da fecundidade é um dos fenômenos sociais mais importantes da contemporaneidade.

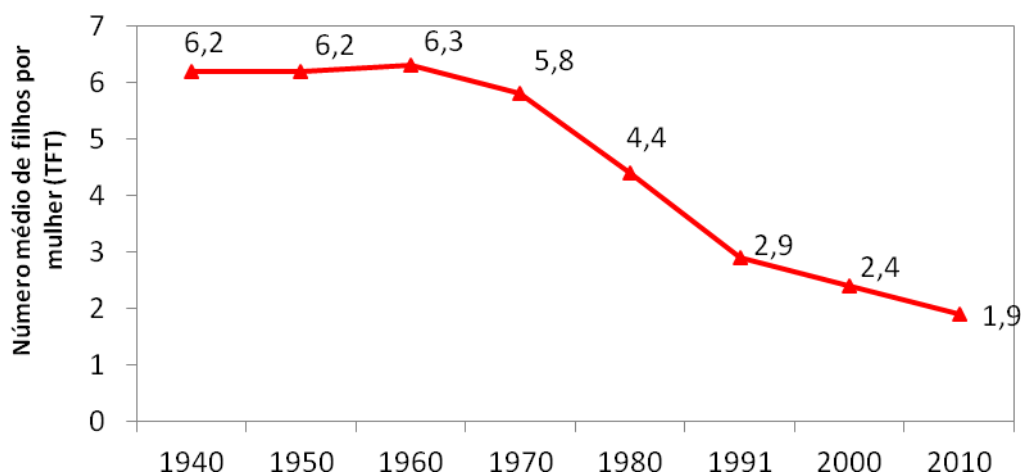
Gráfico 1 – Distribuição da população brasileira por situação de domicílio, 1950-2010



Fonte: Censos Demográficos, IBGE, de 1950 a 2010.

No Brasil, a queda da fecundidade começou na segunda metade da década de 1960 e continuou ininterruptamente nas décadas seguintes. O Gráfico 2 mostra o processo de declínio da Taxa de Fecundidade Total (TFT) para o Brasil, entre 1960 e 2010, segundo dados dos censos demográficos. Observa-se que o declínio foi pequeno na década de 1960, acelerou nas décadas de 1970 e 1980 e desacelerou ligeiramente nas últimas duas décadas. Em 2005, a fecundidade das mulheres brasileiras chegou ao nível de reposição (2,1 filhos por mulher) e continuou caindo até atingir a taxa de 1,9 filhos por mulher em 2010. Se a taxa de fecundidade continuar abaixo do nível de reposição, há grande probabilidade de a população brasileira começar a diminuir na década de 2030 (se não houver um grande fluxo de imigração internacional).

Gráfico 2 – Taxa de Fecundidade Total (TFT), Brasil, 1960 - 2010



Fonte: Censos Demográficos, IBGE, de 1940 a 2010.

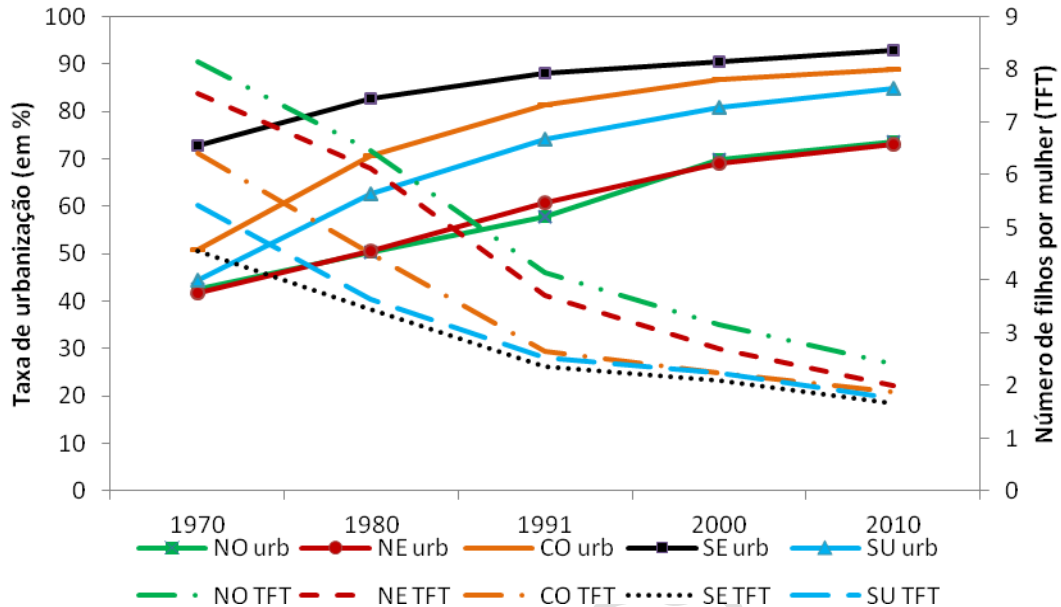
Existem determinantes estruturais e institucionais que explicam a queda da fecundidade no Brasil. Entre os primeiros destacam-se: urbanização, industrialização, assalariamento e “proletarização” (CARVALHO, PAIVA, SAWYER, 1981); monetarização da economia; ampliação e diversificação do consumo; redução da pobreza e queda da mortalidade infantil; inserção da mulher no mercado de trabalho e aumento dos níveis de educação formal e maiores exigências de qualificação da força de trabalho (ALVES, 1994).

Entre os determinantes institucionais da queda da fecundidade, destacam-se: fortalecimento das políticas públicas de telecomunicações, previdência, crédito, saúde e telecomunicações (FARIA, 1989); educação secularização e “desencantamento do mundo”; mudanças nas relações de gênero e empoderamento das mulheres e reversão do fluxo intergeracional de riqueza (CALDWELL, 1982).

O processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil se deu de maneira desigual e heterogênea. O mesmo aconteceu historicamente com a dinâmica demográfica. Assim, o processo de transição da fecundidade ocorreu de maneira diferenciada entre as Unidades da Federação e entre os segmentos socioeconômicos. Em geral, a queda começou antes e seguiu um ritmo mais rápido nos Estados mais desenvolvidos e nos segmentos de maior renda e escolaridade da população.

O mesmo processo de convergência aconteceu entre as regiões brasileiras, tanto em relação à fecundidade quanto à urbanização, conforme mostra o Gráfico 3. A região Sudeste (SE) se manteve como a mais urbanizada durante todo o período, mas as diferenças diminuíram em relação às outras regiões. O coeficiente de variação era de 26% em 1970 e caiu para 11% em 2010. No mesmo período, o coeficiente de variação da TFT aumentou de 21% para 26% entre 1970 e 1980 e depois diminuiu para 16% em 2000 e 14% em 2010.

Gráfico 3 – Taxa de Fecundidade Total (TFT) e Taxa de Urbanização, segundo as regiões do Brasil, 1970 - 2010

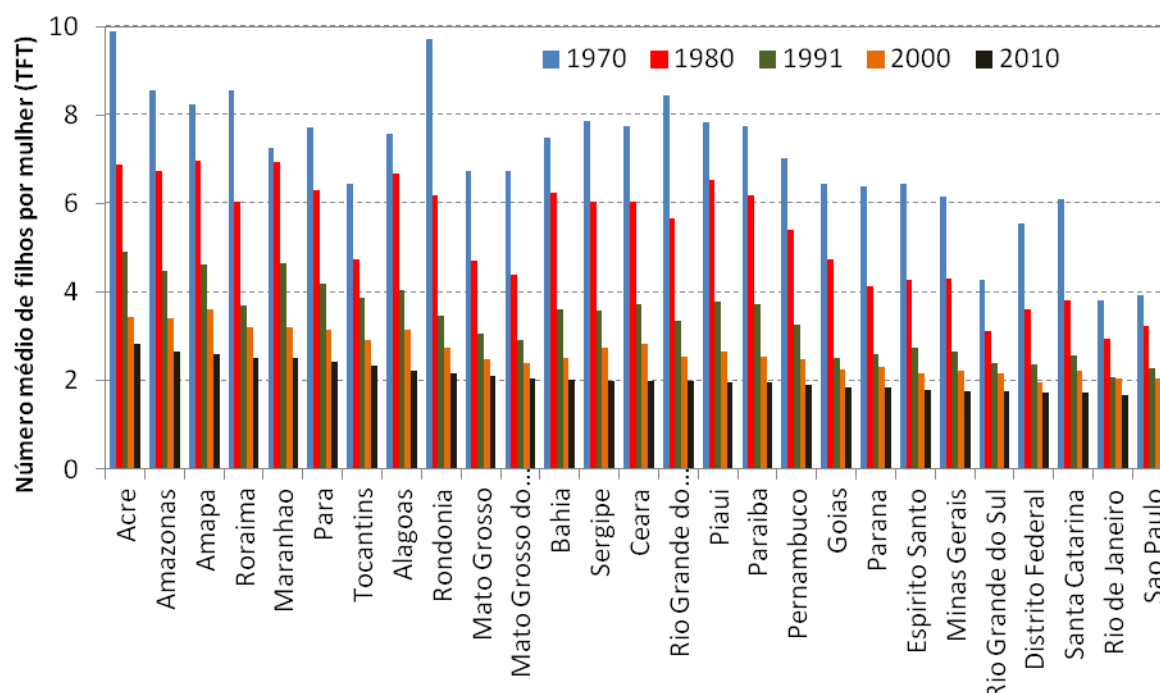


Fonte: Censos Demográficos, IBGE, de 1970 a 2010.

Isso quer dizer que, do ponto de vista das transições urbana e da fecundidade, o Brasil está ficando especialmente menos heterogêneo e existe um processo de convergência das taxas de urbanização e do número médio de filhos por mulher nas diversas divisões geográficas. Evidentemente, o crescimento das cidades não explica todas as transformações demográficas. Entretanto, o grau de urbanização pode ser considerado uma variável síntese que carrega em si diversos outros vetores sociais que funcionam como determinantes na queda da fecundidade.

O Gráfico 4 mostra que a queda da fecundidade aconteceu em todas as Unidades da Federação. Nota-se que alguns estados, como Acre e Rondônia, tinham TFT em torno de 10 filhos por mulher, em 1970, enquanto Rio de Janeiro e São Paulo já tinham fecundidade abaixo de 4 filhos por mulher naquela época. De fato, até 1980 estava havendo um processo de aumento dos diferenciais de fecundidade entre os estados brasileiros. O coeficiente de variação entre as UFs passou de 21% para 24% entre 1970 e 1980. A partir da década de 1980, no entanto, iniciou-se um processo de convergência das taxas de fecundidade e o coeficiente de variação caiu para 15% em 2010.

Gráfico 4 – Taxa de Fecundidade Total (TFT) por Unidades da Federação, Brasil, 1970 - 2010



Fonte: Censos Demográficos, IBGE, de 1970 a 2010.

A Tabela 1 mostra os diferenciais de fecundidade por renda e educação. Nota-se que a população mais pobre – aquela sem rendimento ou com renda mensal domiciliar per capita até um quarto (¼) do salário mínimo – tinha uma taxa de fecundidade de 5,5 filhos por mulher em 1991, diminuiu para 4,6 filhos em 2000 e ficou em 3,3 filhos por mulher em 2010. Esses dados da última década sugerem que as políticas de transferência de renda para a população em situação de extrema pobreza não teve um efeito pro-natalista. O mesmo se pode dizer para o caso das famílias pobres com renda domiciliar per capita entre ¼ e ½ salário mínimo que apresentaram uma queda da TFT de 3,2 filhos em 2000 para 2,7 filhos em 2010.

A generalização da queda do número médio de filhos fica evidente quando as taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição já são encontradas, em 2010, entre as famílias com renda per capita acima de ½ salário mínimo. Para as famílias com renda per capita acima de um salário mínimo as taxas de fecundidade são muito baixas (*lowest-low fertility*) com 1,3 filho por mulher para as famílias com renda per capita de 1 a 2 salários mínimos e somente 1 filho para as famílias com renda per capita acima de 5 salários mínimos.

Os diferenciais de fecundidade por educação seguem um padrão semelhante aos diferenciais de renda. Infelizmente, as categorias de educação não são compatíveis entre os três censos. Nota-se, porém que, embora as pessoas com menores níveis educacionais tenham taxas de fecundidade mais elevadas, a tendência geral é de queda para todas as categorias. Os dados de educação do Censo 2010, entretanto, não permitem cálculos da TFT para as mesmas categorias educacionais. A relação entre os maiores níveis educacionais e o menor nível de fecundidade permanece, ainda que as pessoas com ensino médio (incompleto) já tivessem taxas de fecundidade abaixo do nível de

reposição. Essas tendências já haviam sido anunciadas no trabalho clássico sobre mapeamento da fecundidade brasileira (BERQUÓ, CAVENAGHI, 2004).

Tabela 1 – Taxas de Fecundidade Total segundo rendimento médio mensal domiciliar per capita em salários mínimos (s.m.) e instrução das mulheres, Brasil, 1991-2010

Características socioeconômicas	1991	2000	2010
Sem rendimento até ¼ s.m.	5,5	4,6	3,3
¼ a ½ s.m.	3,1	3,2	2,7
½ a 1 s.m.	2,3	2,4	1,9
1 a 2 s.m.	1,8	1,8	1,3
2 a 3 s.m.	1,6	1,4	1,2
3 a 5 s.m.	1,5	1,3	1,1
5 ou mais s.m.	1,2	1,1	1,0
Sem instrução	4,8	4,1	- ⁽¹⁾
1 a 3 anos de estudo	3,9	3,6	-
4 a 7 anos de estudo	2,8	2,9	-
8 anos de estudo	2,2	2,4	-
9 a 11 anos de estudo	1,7	1,6	-
12 ou mais de estudo	1,3	1,1	-

Fonte: Censos Demográficos, IBGE, de 1991, 2000 e 2010.

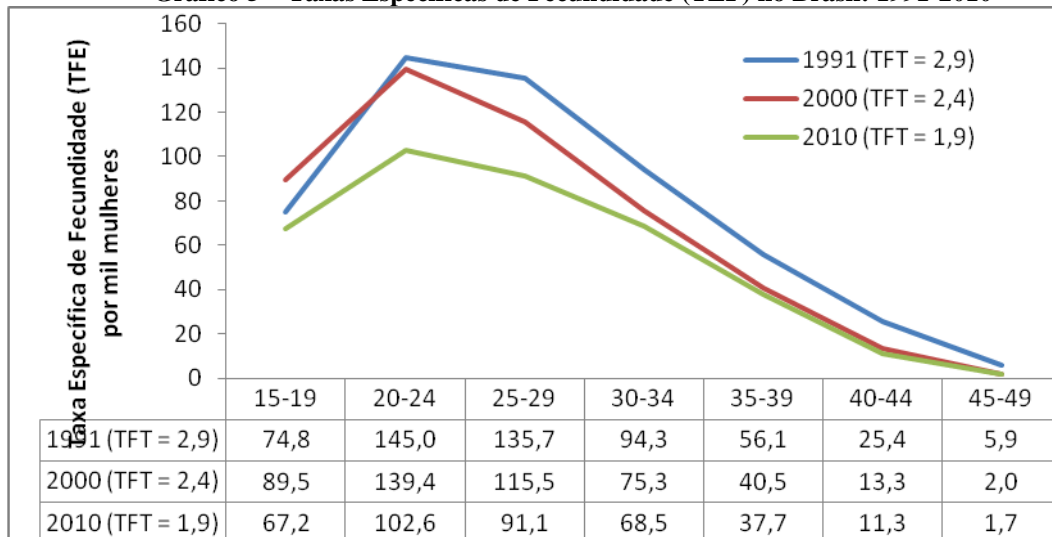
Nota (1): Em 2010, o censo demográfico não coletou informações para anos de estudo das pessoas que não estavam frequentando escola nesse ano. Aproximações deverão ser feitas para permitir a comparação com anos anteriores.

Embora o Brasil já tenha taxas de reprodução próximas a dos países desenvolvidos, continua apresentando uma estrutura da fecundidade rejuvenescida. O Gráfico 5 mostra as taxas específicas de fecundidade (TEF) no Brasil de acordo com os últimos três censos. Chama a atenção o fato de que entre 1991 e 2000 a TEF caiu em todos os grupos etários, exceto entre as adolescentes (15-19 anos). Em outras palavras, houve um aumento da fecundidade entre adolescentes e jovens no Brasil na década de 1990. Isso provocou muita discussão no país, pois significava que os jovens não estavam conseguindo separar sexualidade de reprodução, já que as pesquisas mostravam que era muito alto o índice de gravidez indesejada (BERQUÓ et al, 2008). Também, os estudos mostravam que os jovens brasileiros não tinham acesso adequado aos métodos contraceptivos, à educação sexual, além de serem vítimas de preconceitos no momento de conseguir acesso aos métodos de regulação da fecundidade.

O Censo 2010, porém, mostrou que a fecundidade continuou caindo não só em todos os grupos etários acima dos 20 anos, mas inclusive entre as mulheres mais jovens. A taxa era de 74,8 nascimentos para cada mil adolescentes e jovens (15-19 anos), em 1991; subiu para 89,5 por mil em 2000 e teve um declínio para 67,2 por mil em 2010. Mesmo assim, essas taxas brasileiras são altas quando comparadas com outros países: apenas 2,3 por mil na Coreia do Sul; de 8,4 por mil na China; de 29,5 por mil no Irã; de 7 por mil na França; de 11,6 por mil na Arábia Saudita; de 34 por mil nos Estados Unidos e de 59 por mil na África do Sul. Portanto, a fecundidade entre adolescentes e jovens no Brasil é maior do que em todos estes países. Isso quer dizer que o Brasil tem

uma estrutura rejuvenescida da fecundidade, ou seja, as mulheres começam a ter filhos cedo, como também deixam de tê-los cedo (ao contrário do padrão europeu, asiático e islâmico). Na linguagem popular, diz-se que as mulheres “fecham a fábrica” (na linguagem demográfica, diz-se que se adota uma forma de controle por “terminação da parturição”).

Gráfico 5 – Taxas Específicas de Fecundidade (TEF) no Brasil: 1991-2010



Fonte: Censos Demográficos, IBGE, de 1991 a 2010.

O padrão rejuvenescido da fecundidade no Brasil tem um impacto grande no mix contraceptivo adotado. Como as mulheres começam a ter filhos em idades jovens, elas atingem o tamanho ideal de família também cedo. Assim, com uma idade em torno de 25 anos as mulheres já tiveram os filhos desejados e passam a utilizar uma forma de controle definitivo da fecundidade, isto é, a esterilização. Na maioria dos casos, são as mulheres que optam pela laqueadura tubária (WONG, PERPÉTUO, 2009). Tem, no entanto, crescido muito o número de homens que optam pela vasectomia. Esse padrão de fecundidade precoce e “fechamento da fábrica” são mais comuns nas camadas sociais de mais baixa renda e baixo nível de escolaridade. Nas classes média e alta, o padrão tende para ser mais envelhecido, ou seja, as meninas ficam mais tempo na escola, chegam à universidade e casam mais tarde ou ficam solteiras, seguindo o padrão da segunda transição demográfica (VAN DE KAA, 1987). Portanto, o padrão rejuvenescido de fecundidade e de casamento (formal ou informal) precoce é diferenciado conforme o nível de renda e escolaridade das famílias brasileiras (CAVENAGHI, BERQUÓ, 2005).

A Tabela 2 mostra as taxas de fecundidade para as mulheres de 15-19 anos para as duas últimas décadas e a variação destas taxas para mulheres residentes nas áreas rurais e grande regiões. Se, na década de 1990, houve um aumento da taxa de fecundidade em todas as regiões e áreas, com maior aumento para o urbano e regiões mais desenvolvidas, na década passada houve uma diminuição generalizada da taxa específica de fecundidade para o grupo de 15-19 anos de idade, com decréscimos da ordem de 18% a 30%. As regiões com menor decréscimos foram, em geral, aquelas menos desenvolvidas. Chama atenção a região Centro-Oeste, que teve um dos menores aumentos na década anterior e o maior decréscimo nos anos 2000. Mesmo com o

declínio da taxa, o nível continua tão alto quanto o diferencial entre as regiões. Em 2010, a menor taxa é encontrada na região Sudeste, estando ao redor de 55 nascimentos a cada mil mulheres de 15-19 anos. A maior taxa, de outro lado, é encontrada nas regiões menos desenvolvidas, a Região Norte, com quase 112 nascimentos para cada mil mulheres e a Região Sudeste com 81,9 por mil.

IN PRESS

Tabela 2 – Taxas específicas de fecundidade (por mil) de mulheres de 15-19 anos de idade segundo lugar de residência e grandes regiões, Brasil 1991, 2000 e 2010

Lugar de residência e região	Taxas (por mil)			Variação (%)	
	1991	2000	2010	1991-2000	2000-2010
Brasil	7,8	9,8	6,9	2,4	-2,5
Região Urbana	6,7	8,7	6,4	2,8	-2,6
Região Rural	1,0	2,5	1,3	1,5	-0,7
Norte	8,8	0,1	8,8	1,8	-0,2
Nordeste	7,8	7,7	1,1	3,3	-3,3
Sudeste	6,0	7,6	5,4	1,6	-2,2
Sul	9,6	6,1	7,7	5,5	-1,6
Centro-Oeste	9,0	7,7	4,4	1,8	-3,3

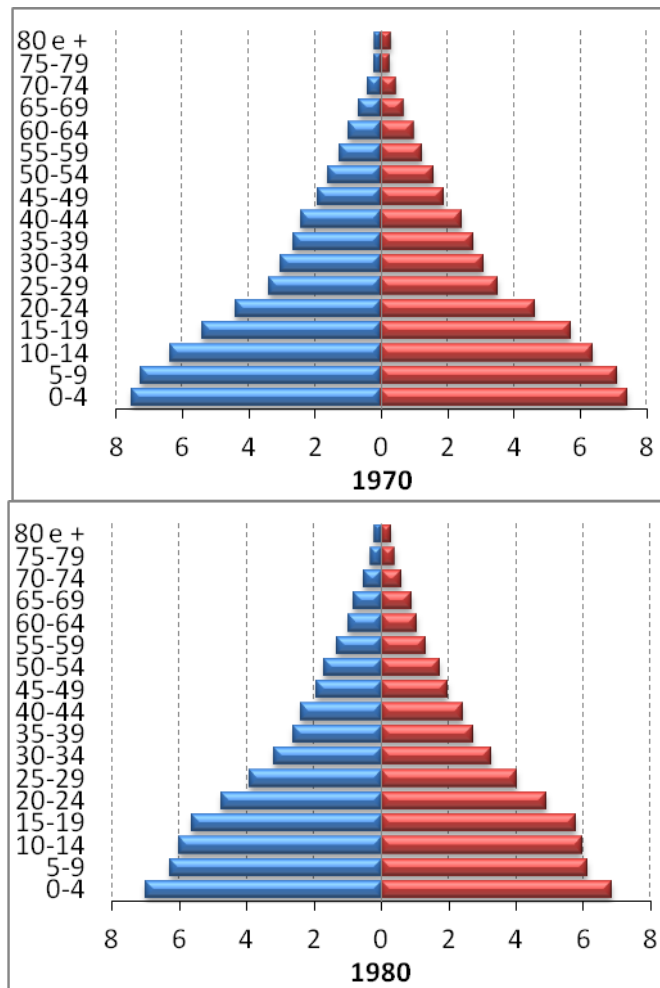
Fonte: Censos Demográficos, IBGE, de 1991, 2000 e 2010.

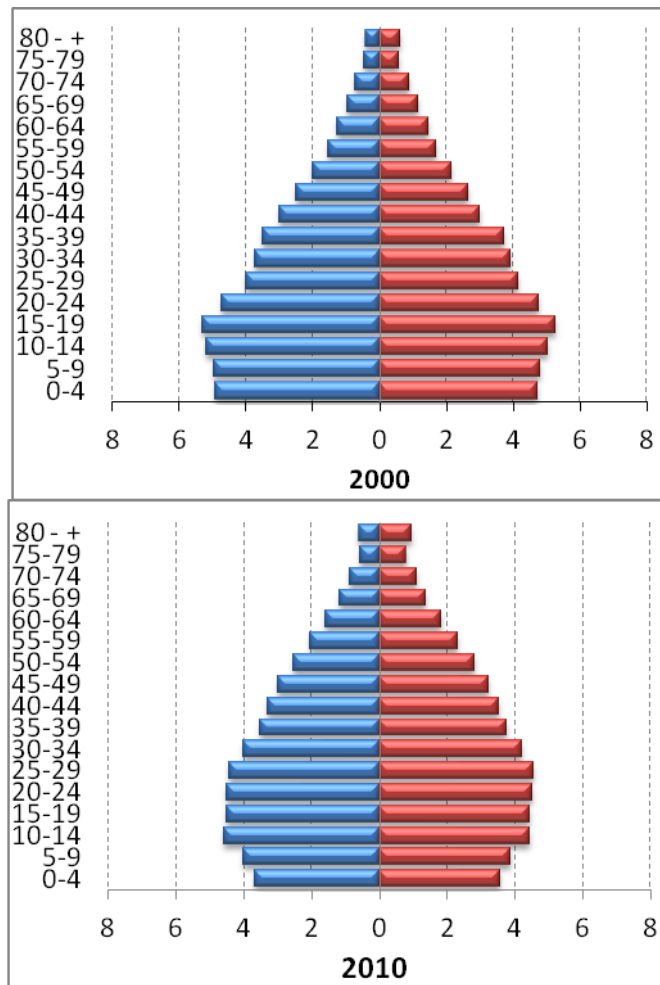
Portanto, no século XXI, a transição demográfica brasileira acontece em todos os grupos etários. Esse processo é acompanhado por uma mudança na estrutura etária. Isso porque a queda nas taxas de fecundidade diminui o tamanho das famílias e reduzem a base da pirâmide populacional, enquanto o declínio das taxas de mortalidade eleva a esperança de vida e aumentam a longevidade. O efeito conjunto do declínio de ambas as taxas vitais faz com que o país inicie um processo de envelhecimento, representado pela redução da base da pirâmide, e um futuro alargamento do topo da pirâmide.

O Gráfico 6 mostra as pirâmides populacionais para anos entre 1970 e 2010, segundo dados do IBGE. Nota-se que, nos anos de 1970 e 1980, cada novo grupo etário era maior do que o anterior. A pirâmide do ano 2000, porém, já mostra que os grupos etários 0-4, 5-9 e 10-14 anos eram menores do que o grupo 15-19 anos. A pirâmide de 2010 mostra que a maior parte da população está concentrada no meio da pirâmide (15-60 anos), exatamente a população em idade ativa.

Essa situação é caracterizada como bônus demográfico, pois existe uma menor razão de dependência, fato que abre uma janela de oportunidade para o crescimento econômico, a redução da pobreza e a melhoria das condições de vida das famílias. O tão propalado crescimento da “classe média” no Brasil está relacionado às condições demográficas favoráveis. O primeiro bônus demográfico, no entanto, é um fenômeno passageiro e deve chegar ao fim no máximo até 2030. Após o ano de 2030, a proporção de idosos, que já vem crescendo, vai aumentar ainda mais, elevando a razão de dependência dos idosos e fechando a janela de oportunidade demográfica. Estima-se que, após o ano de 2040, haverá no Brasil mais idosos (65 anos e +) do que jovens (0-14 anos). Isso significa que as condições econômicas do país e das famílias vão encontrar maiores dificuldades para prosperar, especialmente se as regras atuais e atuariais do sistema previdenciário brasileiro forem mantidas.

Gráfico 6 – Pirâmides populacionais por sexo e idade para o Brasil, 1970, 1980, 2000 e 2010





Fonte: Censos Demográficos, IBGE, de 1970, 1980, 2000 e 2010.

2 MUDANÇAS NOS ARRANJOS FAMILIARES NO BRASIL E REGIÕES

O Brasil está passando também por uma grande mudança na estrutura familiar, conjuntamente com a transição urbana, a transição demográfica e a transição na estrutura etária. As famílias estão ficando menores, mas, principalmente, estão ficando mais plurais e diversificadas (ALVES, CAVENAGHI, 2012).

A família numerosa que era muito adaptada às condições da sociedade rural, quando havia ampla disponibilidade de terras, deixou de ser funcional na sociedade urbana, na qual a inserção dos filhos na produção econômica passa pela intermediação do mercado de trabalho e pelos filtros das exigências educacionais e dos padrões de produtividade da economia urbano-industrial. A formalização do emprego ocorreu juntamente com a ampliação da cobertura da previdência social. Nesse processo de mudança do modelo centrado na família ao sistema de inserção produtiva e proteção social público e institucional, há uma tendência de aumento do custo dos filhos e de redução dos seus benefícios.

Como teoriza o demógrafo australiano John Caldwell (1982), essas transformações provocam uma reversão do “fluxo intergeracional de riqueza”. Os filhos deixam de ser “a galinha dos ovos de ouro” dos pais e passam a acumular maiores

custos econômicos e apresentam menores benefícios. Isso modifica o regime de fecundidade e a dinâmica entre as velhas e as jovens gerações. Também abre espaço para novas formas de organização dos arranjos domiciliares, ao mesmo tempo em que diminui o peso social das famílias tradicionais.

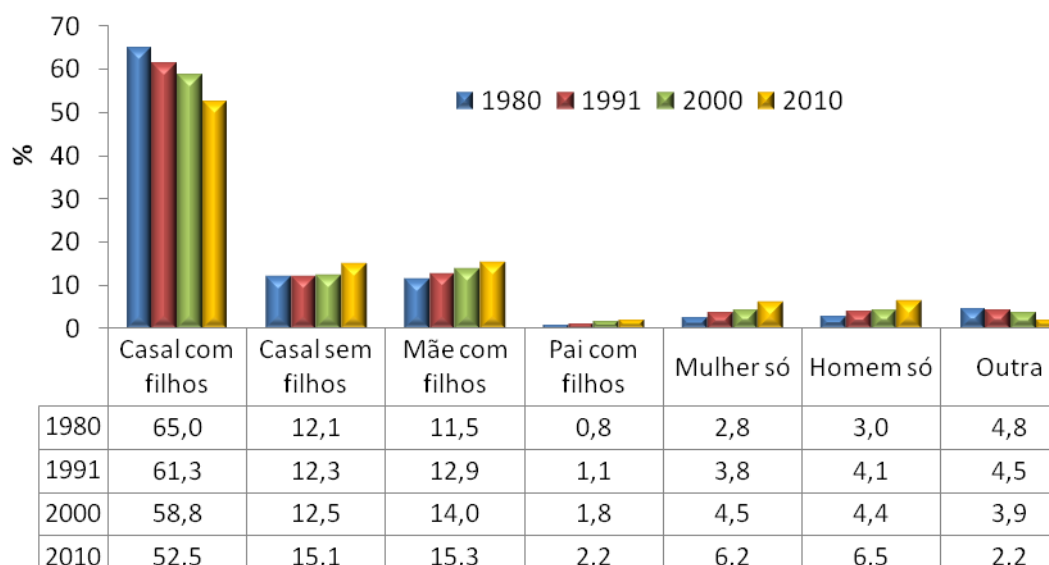
O Gráfico 7 mostra os principais arranjos domiciliares. Nota-se que os casais com filhos (que estavam morando nos domicílios) representavam 65% do total em 1980 caiu para 61,3% em 1991; 58,8% em 2000; e chegou a 52,5% em 2010. Ou seja, o tipo de arranjo familiar que sempre foi hegemônico na sociedade brasileira está prestes a perder a maioria absoluta e a tendência é continuar perdendo participação relativa no conjunto dos arranjos domiciliares. Isso aconteceu devido à queda da fecundidade, ao maior número de separações e à maior esperança de vida, especialmente das mulheres.

Por outro lado, cresce o arranjo formado pelos casais sem filhos, o que não quer dizer que eles não tiveram filhos. Na verdade, esse agrupamento reúne os casais que não tiveram filhos somados àqueles cujos filhos já cresceram e saíram de casa (ninho vazio). Os casais sem filhos passaram de 12,1% em 1980 para 15,1% em 2010. Outro arranjo que apresentou grande crescimento foi o monoparental feminino, ou seja, o arranjo de mães (solteiras, separadas ou viúvas) com filhos passou de 11,5% em 1980 para 15,3% em 2010.

O arranjo monoparental masculino é muito pequeno, mas também apresentou crescimento no período, passando de 0,8% em 1980 para 2,2% em 2010. A categoria “Outra” (chefes com outros parentes) apresentou redução de 4,8% em 1980 para 2,2% em 2010.

São os domicílios unipessoais, contudo, que devem apresentar os maiores crescimentos, sendo que mulheres morando sozinhas passaram de 2,8% em 1980 para 6,2% em 2010, e os homens morando sozinhos passaram de 3%, em 1980, para 6,5% em 2010. Como já mencionado, a maior percentagem de pessoas vivendo sozinhas é encontrada nas idades mais avançadas, especialmente para o caso das mulheres que possuem maior esperança de vida e maior longevidade.

Gráfico 7 – Diversificação dos arranjos domiciliares no Brasil, 1980-2010



Fonte: Censos Demográficos, IBGE, de 1980 a 2010.

As Tabelas 2 e 3 mostram os diversos tipos de arranjos domiciliares de forma mais desagregada para os anos de 2000 e 2010 no Brasil e em suas regiões. As tabelas foram aqui geradas de maneira totalmente comparáveis, a partir da pessoa de referência do domicílio e não pessoa de referência na família. Os padrões de transformação do processo de mudança na dinâmica familiar são os mesmos já apontados anteriormente, com algumas variações conforme as especificidades de cada região brasileira.

Tabela 3 – Distribuição dos arranjos domiciliares no Brasil e regiões – 2000

Arranjos domiciliares	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Cento-Oeste	Brasil
Homem sozinho	4,5	4,2	4,6	4,3	5,7	4,5
Mulher sozinha	2,0	3,6	5,1	5,2	3,8	4,4
Casal sem filhos	7,4	8,5	11,6	13,0	10,7	10,7
Casal sem filhos e outros	2,2	2,1	1,5	1,7	2,0	1,8
Casal com filhos	48,3	47,5	48,0	50,4	48,4	48,3
Casal com filhos e outros	16,3	12,7	9,0	8,9	10,1	10,5
Monoparental masculino	1,4	1,2	1,2	1,1	1,2	1,2
Monoparental Masculino/outros	0,9	0,7	0,6	0,5	0,5	0,6
Monoparental feminino	7,2	8,9	9,6	8,3	9,1	9,0
Monoparental feminino/outros	6,2	6,5	4,6	3,5	4,6	5,0
Chefe sem filhos e outros	3,6	4,1	4,2	3,2	4,0	3,9
Total de domicílios (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total de domicílios (absoluto)	2.838.093	11.448.056	20.243.708	7.210.087	3.178.300	44.917.673

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2000.

Nota-se que nas regiões onde a queda das taxas de fecundidade aconteceu há mais tempo, Sudeste e Sul, o percentual de casais com filhos (e outras pessoas no domicílio) é menor, enquanto o percentual de casais sem filho e pessoas sozinhas (especialmente mulheres) é maior. Ou seja, a diversidade familiar é maior nas regiões com maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A região Nordeste é a que apresenta os maiores percentuais de famílias monoparentais femininas (sem ou com outros parentes e outras pessoas no domicílio), enquanto a região Sul é aquela que apresenta os menores percentuais de famílias monoparentais femininas.

IN PRESS

Tabela 4 – Distribuição dos arranjos domiciliares no Brasil e regiões – 2010

Arranjos domiciliares	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Cento-Oeste	Brasil
Homem sozinho	6,5	6,2	6,6	6,2	7,9	6,5
Mulher sozinha	3,3	5,0	7,1	7,3	5,8	6,2
Casal sem filhos	10,8	12,5	15,4	18,3	15,6	14,8
Casal sem filhos e outros	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3
Casal com filhos	44,5	44,0	42,5	43,4	42,9	43,2
Casal com filhos e outros	15,4	10,9	8,0	7,8	8,8	9,3
Monoparental masculino	1,6	1,4	1,5	1,3	1,4	1,4
Monoparental Masculino/outros	1,2	0,9	0,7	0,6	0,7	0,8
Monoparental feminino	7,8	10,2	10,2	8,8	9,6	9,8
Monoparental feminino/outros	7,1	7,0	5,1	3,9	5,0	5,5
Chefe sem filhos e outros	1,7	1,7	2,6	2,1	2,1	2,2
Total de domicílios (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total de domicílios (absoluto)	3.709.690	13.975.064	23.831.041	8.453.227	4.063.640	54.030.140

Fonte: Censo Demográfico, IBGE, 2010.

De fato, o número de pessoas morando só¹ tem crescido e deve aumentar ainda mais com o processo de envelhecimento da população. Houve também certa mudança de perfil. No passado, havia uma clara diferenciação geracional e de gênero entre as pessoas morando sozinhas no Brasil, pois, entre os homens, predominavam aqueles com idade entre 30 e 59 anos, enquanto entre as mulheres em domicílios unipessoais predominavam aquelas acima de 60 anos. Atualmente, porém, tem crescido o número de mulheres entre 30 e 59 anos morando sozinhas. Geralmente são mulheres que optam por uma carreira profissional e declinam ou retardam a “carreira” da maternidade.

É preciso destacar que são as famílias monoparentais femininas, especialmente aquelas com filhos pequenos, que mais sofrem com as situações de pobreza. Por exemplo, a maioria dos beneficiados do Programa Bolsa Família é constituída por esse tipo de arranjo. Isso acontece porque é muito difícil para uma mãe combinar, ao mesmo tempo, as funções de provedora e cuidadora quando não tem o apoio para o cuidado com as crianças. As mães com filhos menores de 15 anos, e sem cônjuge, não conseguem ter uma inserção integral e permanente no mercado de trabalho, pois precisam dedicar muito tempo às questões de alimentação, saúde, educação e cuidados dos filhos e da moradia. Como resultado, essas mães recebem salários mais baixos e precisam dividir uma renda baixa com seus dependentes. Acabam caindo na “armadilha da pobreza” e não conseguem romper com o ciclo intergeracional da pobreza. Nesses casos, além dos direitos básicos de cidadania, o governo deveria promover políticas de conciliação trabalho e família, intermediando condições de emprego mais favoráveis e equipamentos públicos para o cuidado dos filhos, como creches, restaurantes e lavanderias coletivas, escola em tempo integral, etc.

Por outro lado, são os casais sem filhos que apresentam renda média domiciliar per capita mais elevada. Um caso particular são os casais sem filhos com marido e esposa participando do mercado de trabalho. Nos Estados Unidos, esses tipos de casais são chamados de DINC – *Double Income No Children* e, no Brasil, esse acrônimo significa: *Duplo Ingresso Nenhuma Criança* (ALVES, CAVENAGHI, BARROS, 2010). O número de famílias DINC estava em torno de um milhão de casais em 2000 e chegou a 2,8 milhões de casais em 2010. Eles possuem maior poder de consumo e, proporcionalmente, optam por morar em apartamentos nas grandes metrópoles. Praticamente não existem casais DINC entre os beneficiários do Programa Bolsa Família, pois duas pessoas com renda de um salário mínimo cada um, morando juntas, são classificadas como membros da “nova classe média”. Em geral, o casal DINC apresenta alta mobilidade social, mas é um tipo de família não procriativa, que reforça a tendência nacional para uma taxa de fecundidade média abaixo do nível de reposição.

Os dados mostram que existe um forte descompromisso dos homens com o trabalho doméstico. Tal fato ocorre desde a época em que Paulo Prado definiu a família patriarcal brasileira como: “Pai soturno, mulher submissa, filhos aterrados”. Na divisão do uso do tempo entre os cônjuges, em geral, os homens se dedicam mais às atividades produtivas (e remuneradas) e as mulheres se dedicam mais às atividades reprodutivas (e não remuneradas). Isso acontece mesmo nas famílias em que as mulheres trabalham

¹ O termo “famílias unipessoais” não é o mais adequado para designar as pessoas morando sozinhas, pois de acordo com a definição das Nações Unidas (ONU, 1998), uma família é formada por pelo menos duas pessoas e seus membros devem estar relacionados por meio de relações de consanguinidade (parentesco), adoção ou casamento (STRAUSS, 1982). Desta forma, pessoas morando sozinhas podem ser definidas como “arranjo unipessoal”, “domicílio unipessoal” ou simplesmente “pessoas morando sozinhas”.

fora e são penalizadas com a dupla jornada. A alocação desigual do tempo é mais acentuada nas famílias tradicionais nas quais existe uma rígida divisão sexual do trabalho, em que os homens fazem o papel de provedores e as mulheres o papel de cuidadoras. Paradoxalmente, quando o trabalho doméstico diminui a contribuição relativa do esposo aumenta, mas quando os afazeres da reprodução aumentam muito o custo recai sobre as esposas. Isso indica que o maior número de filhos reforça a tradicional divisão sexual do trabalho, com o homem se concentrando na luta pelo “ganha-pão” e a mulher assumindo os encargos da casa, da cozinha e dos cuidados dos filhos (ALVES, CAVENAGHI, 2012).

3 NUPCIALIDADE E NOVOS TIPOS DE ARRANJOS FAMILIARES

O casamento é praticamente um evento universal no Brasil, mas somente se considerarmos todos os tipos de matrimônio. Em 1970, 65% dos casamentos aconteciam no civil e no religioso, 14% somente no civil, 14% só no religioso e 7% eram uniões consensuais. Em 2010, o casamento no civil e religioso caiu para 43%, só no civil aumentou para 17%, só no religioso caiu para 3% e as uniões consensuais subiram para 37%.

Os casamentos, no entanto, ficaram mais instáveis. Nos últimos quarenta anos, cresceu o número de separações e divórcios, conseqüentemente, aumentando o número de recasamentos, especialmente para o caso dos homens. Na pirâmide brasileira, existe um superávit de mulheres acima dos 25 anos, pois há uma sobremortalidade masculina por causas externas entre os jovens (especialmente homicídios e acidentes de trânsito). No total, há um excedente de mais de 5 milhões de mulheres na população brasileira e a proporção daquelas sem um companheiro aumenta com a idade, pois, para agravar o desequilíbrio, os homens se casam com mulheres mais jovens. Existe, portanto, um diferencial de gênero e de idade no chamado “mercado matrimonial” brasileiro e um número muito grande de mulheres não encontrariam companheiro de outro sexo para casamento.

O aumento das separações e dos divórcios interfere nas mudanças das estruturas familiares. Na formação das chamadas famílias reconstituídas, por exemplo, que são cada vez mais frequentes no cenário nacional. Crescem as famílias em que tanto o marido quanto a esposa trazem para a nova união os filhos de casamentos anteriores, vindo a se somar com novos filhos que surgem do novo enlace. De repente, juntam-se filhos, enteados, irmãos, madrasta, padrasto, ex-esposo, ex-esposa e diversos avós. Costuma-se dar o nome de “família mosaico” ao arranjo familiar em que os filhos do casal compõem um quadro formado por irmãos, meio-irmãos e não-irmãos, pois os filhos de união (ou uniões) anteriores do marido e da esposa não são irmãos, mas ambos são meio-irmãos dos novos filhos do casal. Dessa forma, nem todos os membros da “família-mosaico” são parentes entre si, mas todos têm um grau de parentesco com a prole resultante da união do casal reconstituído. A “família-mosaico” é apenas mais um tipo de arranjo familiar entre o leque de arranjos possíveis em uma sociedade cada vez mais marcada pela pluralidade e por dinâmicas inovadoras que vão além do modelo padrão, como as famílias homoafetivas e as famílias poliafetivas.

O Brasil ainda não possui dados suficientes para traçar a evolução desses arranjos (CAVENAGHI, ALVES, 2012). O Censo 2010, do IBGE, pela primeira vez, abriu a possibilidade dos casais do mesmo sexo, que moram no mesmo domicílio, serem considerados um núcleo familiar. Os dados indicaram a presença de cerca de sessenta

mil casais formados por pessoas do mesmo sexo quando um deles se declarou como chefe. Mas, se os casais moram em casas diferentes ou nenhum deles se declarou como chefe, estes não foram identificados pelo Censo. As mulheres são maioria nos arranjos homoafetivos declarados, inclusive na homoparentalidade. Portanto, já existem crianças com dupla “maternidade” ou dupla “paternidade”. Também, não foi levantada a informação sobre orientação sexual.

As famílias poliafetivas se referem aos arranjos familiares cujo núcleo não é monogâmico. São os “arranjos com núcleo de três” ou “arranjo de núcleo de n pessoas”. Pode ser um arranjo formado por um homem e duas mulheres, uma mulher e dois homens (uma Dona Flor de verdade) ou qualquer outro tipo de arranjo envolvendo mais de duas pessoas no núcleo familiar. O Censo, entretanto, não levantou múltiplos relacionamentos. A história mostra que a poligamia e a poliandria sempre existiram de forma mais ou menos velada. A novidade agora é que esses tipos de arranjos estão sendo visibilizados e estão sendo objeto de busca de base legal para serem reconhecidos na legislação brasileira. Existem inclusive as famílias poliafetivas cujos membros possuem poliorientação sexual.

De modo geral, pode-se afirmar que o modelo hegemônico de família nuclear era formado por um homem e uma mulher que se uniam em um matrimônio por toda a vida e praticavam sexo com finalidade generativa. Esse modelo de família tinha como base o casal heterossexual, ele mais alto e um pouco mais velho, com maior escolaridade, já com um emprego ou independência financeira, e ela mais baixa, mais jovem, com menor escolaridade e voltada para a vida privada de dona de casa ou com emprego extradoméstico com flexibilidade e tempo parcial.

Esse modelo de família trazia embutida uma forte desigualdade de gênero (BRUSCHINI, 1989; GOLDANI, 2004). A menor autonomia das mulheres na família era, geralmente, reforçada pela desigualdade social, em especial, pela baixa taxa de atividade laboral e pela segregação no mercado de trabalho. O menor poder, a autoridade e o prestígio feminino decorriam da desigualdade de acesso e de controle sobre os diversos recursos econômicos, sociais e culturais. Essa “família padrão”, contudo, começou a ruir na mesma época do fim da padronização fordista de produção, ou seja, com a revolução sexual dos anos de 1960, com a disponibilidade de métodos contraceptivos, com a entrada crescente da mulher no mercado de trabalho, com a reversão do hiato de gênero na educação e com a aceitação mais ampla de novos arranjos familiares. Cresceu o número de domicílios comandados por mulheres e a chefia compartilhada. Em grande parte, isso se deve ao processo de empoderamento feminino, mas, em outros casos, a chefia feminina é decorrência da ausência do cônjuge e da falta de responsabilização dos pais (homens) com os filhos.

As transformações socioeconômicas e as mudanças ideacionais ocorrida nos campos ético, religioso e cultural levaram a uma maior autonomia individual e a uma mudança na relação custo/benefício entre as gerações. A idade média da primeira relação sexual diminuiu e moças e rapazes passaram a ter relações sexuais com mais frequência antes do casamento. Cresceu o número de filhos nascidos fora do casamento (inclusive a gravidez na adolescência). Aumentou a guarda compartilhada e o número de crianças que vivem em duas casas. Cresceram as famílias homoafetivas e tem entrado na discussão a formalização dos arranjos poliafetivos. A sociedade brasileira mudou em termos demográficos e na composição plural das relações familiares. Os

diferenciais de gênero e de geração são fundamentais para se compreender a complexidade e a diversidade das relações familiares do Brasil contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Censo 2010 do IBGE apresenta o retrato mais amplo e atualizado das grandes transformações da economia brasileira. Os dados mostram que o Brasil está cada vez mais urbano, feminino, mestiço, envelhecido e com maior diversificação familiar. A expectativa de vida média da população brasileira mais do que dobrou no século XX, passando de cerca de 30 anos, em 1900, para 69 anos em 2000 e cerca de 73 anos, em 2010, devendo chegar entre 75 e 76 anos em 2020. Os brasileiros vivem mais e buscam meios para conquistar diversos tipos de seguros contra os riscos inerentes à maior longevidade e para proteger os crescentes ativos familiares.

A família extensa cede espaço para a família nuclear e com alta mobilidade social. Com o aumento do custo e a diminuição dos benefícios, os filhos deixam de ser um seguro para os pais na velhice. Os casais passam a contar menos com os descendentes e mais com o sistema (público e privado) de proteção social na aposentadoria e na cobertura de riscos. Menores taxas de fecundidade provocam mudanças na estrutura etária, favorecendo a ampliação da parcela da população em idade economicamente ativa, o que reduz a razão de dependência demográfica.

Dessa forma, a transição demográfica, ao provocar uma mudança na estrutura etária, abre uma janela de oportunidade ou bônus demográfico que favorece a mobilidade social ascendente. Haverá no Brasil, ainda nos próximos quinze anos, uma elevada proporção de pessoas em idade adulta que devem reforçar a tendência de crescimento econômico, aumentando as taxas de poupança e o investimento nos diversos segmentos da economia. Nesse quadro de mudanças econômicas e sociais, existe um processo de diversificação das famílias brasileiras e uma mudança quantitativa e qualitativa dos arranjos domiciliares.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. *Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil*. 1994. 152f. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S.; BARROS, LFW. A família DINC no Brasil: algumas características sócio-demográficas. *Textos para Discussão*, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 30:1-34, 2010.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. *Tendências demográficas, dos domicílios e das famílias no Brasil*, IE/UFRJ, Aparte, Rio de Janeiro, 25/08/2012.

_____. O Programa Bolsa Família, fecundidade e a saída da pobreza. In: ARILHA, M. et al (Orgs.) *Diálogos transversais em gênero e fecundidade. Articulações contemporâneas*. Campinas: Librum Editora/ABEP, 2012.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. “Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000”. In: XIV

ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, Caxambu (MG), ABEP, 2004.

BERQUÓ, E.; GARCIA, S.; LAGO, T. (Orgs.). *Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher: PNDS 2006*. São Paulo: CEBRAP, (Relatório final), 2008.

BRUSCHINI, M. Cristina. Uma abordagem sociológica da família. ABEP, São Paulo, *REBEP, Revista Brasileira de Estudos de População*, 6(1): 1-24, jan/jun, 1989.

CAVENAGHI, S.; BERQUÓ, E. Increasing Adolescent and Youth Fertility in Brazil: A New Trend or a One-Time Event?. In: Population Association of America: 2005 Annual Meeting, 2005, Philadelphia. *Anais... Population Association of America: 2005 Annual Meeting*. Filadélfia: PAA, 2005, v. 1. p. 1-18.

CAVENAGHI, S; ALVES, J.E.D. Domicilios y familias en la experiencia censal del Brasil: cambios y propuesta para identificar arreglos familiares. *Notas de Población*, (Impresa). 92: 15-45, 2011.

_____. *Diversity of childbearing behaviour in the context of below-replacement fertility in Brazil*. United Nations, Population Division, Expert Paper, No. 2011/8.

CALDWELL, J. C. *Theory of fertility decline*. London: Academic, 1982.

CARVALHO, JAM; PAIVA, PTA; SAWYER, DR. *A recente queda da fecundidade no Brasil: evidências e interpretação*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1981. (Monografia, 12).

FARIA, V.E. Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo, ANPOCS, 1989.

GOLDANI, A.M. Contratos intergeracionais e reconstrução do Estado de Bem-estar. Por que se deve repensar essa relação para o Brasil? In: CAMARANO, A.A (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro, IPEA, p 211-250, 2004.

IBGE, Censos demográficos e PNADs, diversos anos.

LEVY STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1982.

MARTINE, G.; ALVES, JED; CAVENAGHI, S. A urbanização e a transição da fecundidade: o Brasil é um caso exemplar? Brasil, Economia e Governo, Instituto Fernand Braudel, São Paulo, 15 de outubro de 2012.

UNITED NATIONS (ONU). Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses Revision 1, 1998, p. 65-68.

VAN DE KAA, D. J. Europe's Second Demographic Transition, *Population Bulletin*, 422(1), Washington, PRB, 1987.

WONG, Laura L.R; PERPÉTUO, Igenes HO. “Uma visão transversal e longitudinal de quatro décadas de queda de fecundidade no Brasil”. In: *Brasil. Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança*. Ministério da Saúde, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

IN PRESS